

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Da Sra. Vivi Reis)

Altera a Lei Nº 9.099, de 26 de setembro de 1995,
e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescenta-se ao art. 41 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a seguinte redação:

“Art. 41. (...)

§3º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro, ficando o recurso adesivo subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento na turma, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:

I - será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;

II - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.”

Art. 2º O *caput* do art. 52 da Lei Nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o acórdão condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo racionalizar a sistemática recursal nos Juizados Especiais, os quais devem se orientar, dentre outros, pelos princípios da economia processual e celeridade.

Neste sentido, a possibilidade de interposição do chamado Recurso Adesivo no âmbito dos Juizados, ao contrário do hoje sustentado na jurisprudência dos Tribunais brasileiros que entendem por vedar a admissão de tal instrumento, vai ao encontro desses princípios.

A ausência de previsão legal e o princípio da taxatividade dos recursos não podem servir como fundamento para, estes sim, impedir a real finalidade do procedimento especial previsto na Lei nº 9.099/1995 que é a garantia da razoável duração do processo para causas menos complexas e, em última análise, garantir o próprio acesso a Justiça.

Portanto, cientes dos impactos positivos que o presente texto trará ao sistema de Justiça e à população, solicito apoio dos nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputada **VIVI REIS**

PSOL/PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223454040700>

